





Relatório Executivo do Projeto
Observatório das Dimensões da Competência em Informação nos
Portais da Transparência dos Municípios da Região Imediata de
Montes Claros (MG)

**Análise do Portal da Transparência do Município de Lagoa dos
Patos**

Montes Claros (MG)
2025

Apresentação

O presente relatório consolida os resultados do projeto de implantação do Observatório da Competência em Informação, que realizou um diagnóstico abrangente dos portais da transparência dos municípios da região imediata de Montes Claros. O objetivo central foi mapear as informações disponibilizadas, identificar lacunas e propor melhorias concretas para o aprimoramento da transparência ativa na gestão municipal.

O estudo, que abrangeu 32 municípios, revelou um cenário com pontos consolidados e outros que demandam atenção prioritária. Identificou-se uma padronização positiva na divulgação de informações fundamentais da execução orçamentária e financeira, como receitas, despesas, licitações e contratos, demonstrando conformidade com as exigências legais basilares e fortalecendo a prestação de contas à sociedade. Contudo, constataram-se deficiências críticas em áreas estratégicas para o planejamento e o controle dos resultados da administração. A divulgação de informações sobre andamento de obras, prestação de contas detalhadas e instrumentos de planejamento, como o Plano Plurianual, mostrou-se insuficiente ou de difícil acesso. A indisponibilidade integral de alguns contratos e seus termos aditivos representa uma fragilidade significativa na gestão documental e na transparência dos gastos públicos.

A metodologia de análise foi estruturada em grupos temáticos: Receitas, Despesas, Convênios e Transferências, Recursos Humanos, Diárias, Licitações, Contratos, Obras, Prestação de Contas, Planejamento e Acessibilidade. Para cada grupo, foram definidos critérios específicos de avaliação, permitindo uma verificação objetiva da disponibilidade e da completude das informações no portal de transparência. O grupo Receitas analisou a divulgação da previsão e realização das receitas, a classificação orçamentária detalhada e a lista de inscritos em dívida ativa. O grupo Despesas verificou se os gastos estavam discriminados por categoria orçamentária, identificando beneficiários, bens ou serviços adquiridos e os procedimentos licitatórios correspondentes. O grupo Recursos Humanos avaliou a divulgação de servidores, remunerações, estagiários, terceirizados e concursos públicos.

Grupos como Licitações, Contratos e Obras tiveram como foco a disponibilização de documentos integrais, detalhamento de valores, prazos, aditivos e status das atividades. Nos grupos de Prestação de Contas e Planejamento, verificou-se a presença e a atualidade dos respectivos documentos oficiais, incluindo balanços, relatórios de gestão e leis orçamentárias. O grupo Acessibilidade analisou a presença de elementos de navegação acessíveis, como símbolos de acessibilidade, opções de alto contraste, redimensionamento de texto e mapa do site. Essa estrutura permitiu uma análise quantitativa e qualitativa, fornecendo uma visão clara sobre os pontos fortes e as lacunas na disponibilização de informações no portal.

Em conclusão, os resultados evidenciam que a simples disponibilização de dados não esgota o dever de transparência. É imperioso garantir que as informações sejam acessíveis, inteligíveis e estejam integradas em um contexto que permita seu efetivo uso para o controle social e para a melhoria da gestão. Neste sentido, o Observatório www.observamg.com.br se configura como uma ferramenta estratégica de apoio à administração pública, permitindo não apenas o monitoramento do nível de transparência, mas também a identificação de boas práticas e de áreas que requerem intervenção. A iniciativa reforça a necessidade de uma abordagem integrada, alinhando os conhecimentos da Gestão Pública, da Ciência da Informação e da Tecnologia da Informação, para desenvolver portais que cumpram plenamente seu papel como instrumentos de democracia, eficiência e boa governança.

Coordenação do Projeto ObservaMG.

Análise do Portal da Transparência do Município de Lagoa dos Patos

1. Sumário

O presente relatório apresenta os resultados da análise do Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Lagoa dos Patos, com base em 45 critérios de avaliação organizados nos grupos: Receita, Despesa, Convênios e Transferências, Recursos Humanos, Diárias, Licitações, Contratos, Obras, Prestação de Contas, Planejamento e Acessibilidade.

A verificação considerou as exigências legais da Lei Complementar nº 131/2009, da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) e da Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações), bem como os princípios da publicidade, transparência ativa e eficiência administrativa.

2. Resultados da Avaliação

Foram identificados **19** critérios atendidos e **26** critérios não atendidos, resultando em **42%** de conformidade e **58%** de não conformidade. Embora o município demonstre avanços significativos em áreas essenciais, especialmente nas seções de receita, despesa, convênios e acessibilidade, há deficiências notáveis em planejamento, prestação de contas e recursos humanos.

O grupo Receita apresentou desempenho integralmente satisfatório, com os três critérios atendidos. O portal divulga as receitas previstas e realizadas, a classificação orçamentária completa e a lista dos inscritos em dívida ativa, evidenciando transparência na arrecadação e na execução orçamentária.

Em Despesa, os dois critérios foram atendidos. As informações estão disponíveis de forma detalhada, incluindo empenhos, liquidações, pagamentos, beneficiários e classificação orçamentária, o que facilita o controle social sobre os gastos públicos.

O grupo Convênios e Transferências também apresentou excelente resultado, com os três critérios atendidos. O portal disponibiliza informações sobre transferências

recebidas e realizadas, valores, objetos, órgãos concedentes e acordos firmados sem repasse financeiro, configurando boas práticas de publicidade ativa.

Já o grupo Recursos Humanos demonstrou limitações importantes: apenas o primeiro dos cinco critérios foi atendido, com a divulgação da relação nominal dos servidores, cargos e lotações. Faltam informações sobre remuneração individual, estagiários, terceirizados e concursos públicos, o que reduz a visibilidade da gestão de pessoal.

Em Diárias, apenas um dos dois critérios foi atendido, com divulgação de informações sobre beneficiários, cargos, valores e destinos, mas sem a publicação da tabela de valores de diárias conforme a legislação local.

O grupo Licitações apresentou desempenho insuficiente, com apenas um dos sete critérios atendido — a relação das licitações em ordem sequencial, contendo número, modalidade, objeto e valores. O portal não disponibiliza os editais, os documentos das fases internas e externas, nem as atas de adesão, dispensas ou o plano de contratações anual.

No grupo Contratos, apenas um dos quatro critérios foi atendido: o portal apresenta a relação de contratos celebrados, com informações sobre o contratado, valor, objeto e vigência. Entretanto, não foram encontrados o inteiro teor dos contratos, a lista de fiscais ou a ordem cronológica dos pagamentos.

Em Obras, dois dos quatro critérios foram atendidos. O portal divulga os quantitativos e preços unitários contratados e os quantitativos executados, permitindo alguma visibilidade sobre a execução física e financeira das obras. Contudo, faltam dados sobre cronograma, percentual de execução e obras paralisadas.

O grupo Prestação de Contas não apresentou conformidade em nenhum dos seis critérios. O portal não disponibiliza o balanço geral, relatórios de gestão, julgamentos de contas, RGF ou RREO, configurando uma das principais lacunas na transparência municipal.

Da mesma forma, o grupo Planejamento não atendeu a nenhum dos quatro critérios avaliados. Ausentam-se publicações referentes ao PPA, LDO, LOA e aos objetivos estratégicos institucionais, impossibilitando a avaliação das metas e diretrizes de governo.

Por fim, o grupo Acessibilidade obteve excelente desempenho, com os cinco critérios atendidos. O portal contém símbolo de acessibilidade, caminho de navegação, modo de alto contraste, redimensionamento de texto e mapa do site, o que garante boa experiência de uso para diferentes perfis de usuários.

3. Considerações e Recomendações

A análise do Portal da Transparência do município de Lagoa dos Patos revela atuação em relação à divulgação de informações financeiras e estruturais, especialmente em receitas, despesas e convênios, refletindo compromisso inicial com a transparência pública. Contudo, a ausência de dados completos sobre recursos humanos, contratos, obras, planejamento e prestação de contas compromete a plena conformidade com a legislação vigente e limita o controle social sobre a administração.

Recomenda-se que o município priorize a publicação integral dos instrumentos de planejamento — PPA, LDO e LOA —, bem como dos relatórios de execução orçamentária e fiscal (RREO e RGF). Essas medidas fortaleceriam a transparência ativa e a prestação de contas perante a população.

Também é importante ampliar a divulgação das informações relacionadas a contratos e licitações, garantindo acesso ao inteiro teor dos documentos, atas, aditivos e fiscais responsáveis. No campo de recursos humanos, recomenda-se disponibilizar a remuneração nominal, a relação de estagiários e terceirizados e os editais de concursos e seleções públicas.

Por fim, deve-se manter e aprimorar os recursos de acessibilidade, que se destacam positivamente, e investir na atualização contínua das informações, assegurando conformidade com as Leis de Transparência e o fortalecimento da confiança pública na gestão municipal.

Conheça o Observatório do projeto:

www.observamg.com.br